

Minas acerta as bases da renegociação

Dívida Pública

GAZETA MERCANTIL

19 SET 1996

por André Lacerda
de Belo Horizonte

O governo de Minas Gerais acertou ontem a renegociação de sua dívida com a União. Todas as parcelas — entre dívidas mobiliária, externa e interna — foram agrupadas e, do total, 80% serão transformados em dívida contratual para pagamento em trinta anos, corrigidos a taxa de IGP-M mais 6% anuais. Os 20% restantes serão quitados com ativos do estado. Minas tem hoje a segunda maior dívida entre os estados brasileiros: soma cerca de R\$ 11 bilhões.

O protocolo da renegociação será assinado no próximo mês. Os termos do acordo de Minas seguem o que também foi acertado entre a equipe econômica e o governo do Rio Grande do Sul, que será o primeiro estado a protocolar a rolagem de seus débitos. Na próxima sexta-feira, o governador Antônio Britto deve assinar os termos da renegociação de uma dívida de cerca de R\$ 7,4 bilhões com a União.



Eduardo Azeredo

Em ambos os casos, os desembolsos mensais se limitarão a 11,5% das receitas mensais apuradas pelos estados. “Foi altamente positivo para Minas. Com o pagamento de dívidas gastamos hoje um percentual mensal em torno de 17%”, disse a este jornal o governador Eduardo Azeredo. O estado de Minas arrecada atualmente cerca de R\$ 550 milhões por mês.

Em dívidas mobiliárias, Minas deve hoje R\$ 7,9 bilhões. As antecipações de receitas orçamentárias (ARO) somam R\$ 350 milhões, de um total de R\$ 2,2 bilhões em dívidas internas. O débito tomado no exterior atinge cerca de R\$ 800 milhões.

Ainda não está definido como o governo mineiro quitará os 20% de seu passivo com a União — correspondentes a cerca de R\$ 2,2 bilhões. “Poderá ser em dinheiro, ações ou bens”, explica Azeredo. Se a alternativa for pelo pagamento em dinheiro, será efetuado imediatamente.

“Vamos discutir o que daremos em pagamento. A única coisa já certa é que os recursos arrecadados com a venda do Banco de Crédito Real (Credireal) serão destinados a este fim”, adianta o governador. O dinheiro levantado com a venda de ações da Companhia Energética do estado (Cemig) não integrará o acerto.

O encontro de ontem, em Brasília, reuniu Azeredo, o ministro da Fazen-

da, Pedro Malan, o secretário-executivo do ministério, Pedro Parente, o secretário do Tesouro, Murilo Portugal, os secretários da Fazenda e Planejamento de Minas, João Heraldo Lima e Walfrido dos Mares Guia.

“A reunião foi definitiva, embora faltem alguns detalhes protocolares”, considera Eduardo Azeredo. Segundo apurou a repórter Leandra Peres, da sucursal de Brasília, os representantes do Ministério da Fazenda preferiram ser mais cautelosos. “O acordo está praticamente fechado”, disse Pedro Parente. “Os prazos e juros ainda não são definitivos.”

A reunião entre os integrantes das equipes econômicas também serviu para encaminhar a solução para o sistema financeiro de Minas. Ficou definido que o voto liberando os recursos para reestruturação dos quatro bancos do estado — Credireal, Bemge, BDMG e Minascaixa — será apreciada na reunião da próxima quarta-feira do Conselho Monetário Nacional.